

Data: 01 de Julho de 2012

Página: 31

Periodicidade: Mensal

Direito a Falar

Renováveis e sociedades

José Luís Arnaut, Manuel Santos Vítor, Pedro Rebelo de Sousa e Pedro Raposo foram os convidados deste mês do programa Direito a Falar, uma parceria entre o Advocatus e a ETV

A importância da Propriedade Intelectual

José Luís Arnaut foi o convidado da primeira emissão de junho do "Direito a Falar". Especialista em Direito de Propriedade Intelectual (PI) e Patentes e *managing partner* da CMS - Rui Pena & Arnaut, o advogado afirma que ainda existe falta de consciência da importância da Propriedade Intelectual como instrumento. Defende que o recurso a esta área de prática deve ser encarado como um investimento em termos de proteção. Quanto à legislação de PI, considera que Portugal se encontra numa boa posição. No entanto, aponta três constrangimentos: difícil acesso à Justiça, falta de sensibilização relativamente a esta área e morosidade do sistema. O advogado congratula a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, pela criação do tribunal da Propriedade Intelectual, acabando com o "disparate" de colocar o tribunal em Santarém. Classifica o Governo como corajoso, determinado e patriótico. Na perspetiva do advogado, o principal problema da Justiça é a gestão. E neste âmbito considera que a ministra da Justiça ainda não tomou medidas tangíveis, defendendo a aplicação de medidas mais concretas.



Estratégia: apostar nas renováveis

"O sector energético em Portugal tem-se transformado de uma maneira que nem nos apercebemos", defende o sócio PLMJ e especialista em Energia e Recursos Naturais Manuel Santos Vítor. Na perspetiva do advogado, esta tem sido uma área em que existe uma preocupação para liberalizar e para adequar o sector às necessidades do País. Daí a aposta estratégica de diversos governos nas energias renováveis, explica. Para Manuel Santos Vítor a questão que se discute agora é o equilíbrio dessa aposta – em termos de custos. Quanto à crise, o advogado é otimista. Confirma que se denota um decréscimo significativo de atividade em algumas áreas mas acredita que o País entre num novo ciclo. Prevê inclusive que no final de 2012/13 se verificará que existiu mais atividade nesse ano do que em 2010/11.



A crise era algo que se previa

Como convidado do Direito a Falar, o sócio da SRS Advogados Pedro Rebelo de Sousa contou a experiência que teve em Wall Street, há cerca de 30 anos. Quanto à crise de 2008, reconhece que era algo que se estava à espera, depois de se "pisar o risco em muitas áreas". No entanto, defende que os banqueiros, o Banco Central, o Ministério das Finanças tem atuado com bom senso na procura de uma plataforma que permita sair fortalecido desta crise. O que se têm refletido numa "resiliência e capacidade de resistência" do sistema financeiro português perante a atual situação económica. Ao analisar o mercado da advocacia nacional, aponta três grandes desafios para os próximos anos: perceber se a institucionalização e profissionalização são tendências que perdurarão, o desafio da internacionalização e da globalização dos clientes e consequentemente a declinação que isso tem em termos do futuro dos jovens advogados. "Vão certamente ser 20 anos muito desafiantes", conclui.



As mudanças na advocacia

O presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP) e sócio da Pedro Raposo & Associados, Pedro Raposo, foi um dos convidados de junho do "Direito a Falar". O advogado analisou a questão da internacionalização das firmas de advocacia, defendendo que num primeiro momento ocorreu como forma de acompanhar os clientes, ainda que num segundo momento o objetivo tenha sido arriscar em novos mercados. Em simultâneo, o mercado sofreu mudanças, virando-se principalmente para as áreas de tributário, fiscal, contencioso e laboral.

Quanto à prestação da ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, defende que tem sido coerente e tem apresentado resultados em algumas áreas, nomeadamente em matéria de insolvências, arrendamentos e reforma do Código do Processo Civil. Procurando criar mais celeridade no funcionamento da justiça, na perspetiva do advogado o principal problema deste sector.

